



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1303, DE 2025 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE JULHO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e quarenta e três minutos do dia quinze de julho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Parlamentares Renan Calheiros e Carlos Zarattini, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 1303, de 2025 com a presença dos Parlamentares Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Jorge Kajuru, Wellington Fagundes, Izalci Lucas, Paulo Paim, Weverton, Randolfe Rodrigues, Hamilton Mourão, Antonio Carlos Rodrigues, Zé Neto, Henderson Pinto, Átila Lins, Rodrigo Gambale, Odair Cunha, Dani Cunha, Andreia Siqueira e Neto Carletto, e ainda dos Parlamentares Augusta Brito, Mersinho Lucena, Laura Carneiro, Eduardo Gomes e Arnaldo Jardim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Eduardo Braga, Efraim Filho, Carlos Viana, Omar Aziz, Angelo Coronel, Cid Gomes, Tereza Cristina, Mecias de Jesus, André Ferreira, Marangoni, Doutor Luizinho, Gilberto Abramo, Adolfo Viana e Talíria Petrone. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição. Finalidade:** Instalação da Comissão e eleição de Presidente e Vice-Presidente. **Resultado:** Instalada a comissão, é eleito Presidente o Senador Renan Calheiros e designado Relator o Deputado Carlos Zarattini. Aprovada, por acordo, a realização de audiência pública com a participação do Ministério da Fazenda para o dia 6 de agosto de 2025. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quatro minutos. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião, que é aprovada. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Renan Calheiros

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1303, de 2025

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2025/07/15>



Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8169523502>



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2025/07/15>

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista da Medida Provisória 1.303, de 2025.

De acordo com a Resolução nº 1/2002, do Congresso Nacional, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade do Senado Federal, e a Relatoria, sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados.

Comunico que há acordo de Lideranças para a eleição da Mesa, tendo sido indicado para Presidente o Senador Renan Calheiros.

Consulto o Plenário sobre se podemos fazer a eleição da Mesa por aclamação.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Declaro eleito Presidente o Senador Renan Calheiros.

Passo a Presidência da Comissão ao Senador.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Inicialmente eu quero agradecer sinceramente a eleição para conduzir esta Comissão Mista do Congresso Nacional que vai apreciar a Medida Provisória 1.303, que compensará o polêmico IOF e que terá como Relator – eu o designo como Relator com muita satisfação – o Deputado Carlos Zarattini.

Zarattini, boa sorte!

É evidente que nós estamos na semana final de trabalhos do Congresso Nacional, voltaremos no começo de agosto, mas eu queria dizer rapidamente o seguinte: essa medida provisória tem pontos que são principais. Eu destacaria: a unificação da alíquota do Imposto de Renda em 17,5% para a maior parte das aplicações financeiras e ativos virtuais; a revogação de isenções para instrumentos como letras hipotecárias, letras de crédito imobiliário, letras de crédito do agronegócio, certificados recebíveis imobiliários e certificados recebíveis do agronegócio, que passam a ser tributados à alíquota de 5%; a possibilidade de compensação de



Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8169523502>



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

prejuízos entre diferentes aplicações na Declaração de Ajuste Anual (DAA) do Imposto de Renda; a tributação específica sobre operações com ativos virtuais; a elevação da alíquota do Imposto de Renda incidente sobre os juros sobre o capital próprio de 15% para 20%; aumento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, incluindo as *fintechs*.

Além do eixo tributário, essa medida provisória contempla também dispositivos voltados à racionalização das despesas públicas.

Eu me permito, Zarattini, sugerir, a todos que fazem parte desta Comissão Mista que apreciará a medida provisória, duas audiências públicas. A sugestão que faço – na primeira reunião nós vamos ter que aprovar – seria uma primeira reunião para nós discutirmos a tributação de rendimentos gerados por aplicações financeiras e ativos virtuais, e debater também a tributação de instrumentos antes isentos do Imposto de Renda e impactos sobre o crédito. Nós trataríamos, nessa primeira audiência pública, para a qual convidaríamos pessoas que seriam aqui escolhidas, com a participação de todos... e uma segunda audiência – a primeira poderia ser feita no dia 7 de agosto e a segunda poderia ser feita no dia 13 de agosto, portanto, dias 7 e 13 –, que poderia tratar sobre os juros sobre capital próprio, elevação das alíquotas do CSLL, compensação tributária e tributação sobre apostas, e também as medidas relacionadas aos cortes de despesas.

Nesse calendário que vou propor à Comissão, no dia 19/8, nós poderíamos ter a apresentação do relatório e poderíamos votar essa medida provisória, na Comissão Mista, no dia 26/8/2025.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Relator da medida provisória, o Deputado Carlos Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente.

Eu queria cumprimentá-lo e cumprimentar o Deputado Antonio Carlos Rodrigues, Deputado Arnaldo Jardim, Senador Randolfe, nosso Líder do Governo. É um prazer muito grande poder relatar essa medida provisória, uma tarefa importante, haja vista que é um dos principais instrumentos do Governo para fazer um ajuste, o equilíbrio fiscal e garantir o cumprimento das metas neste ano e no próximo ano.

O Governo tem enfrentado esse debate em várias instâncias e, evidentemente, deve enfrentar aqui também na nossa Comissão Mista.



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria sugerir, Senador, se o senhor me permitir, talvez fazer mais uma ou duas audiências. Uma, que eu imaginava com o próprio Ministério da Fazenda, que nós convidássemos o Ministro ou alguém que ele indicasse para fazer uma explanação detalhada de quais os objetivos, quais as metas que o Governo prevê para cada uma das várias medidas que estão contempladas dentro da medida provisória. E também lembro aqui que a gente tem algumas medidas que são contenção de despesa, como o senhor já falou. A gente poderia também... A gente está vendo que tem um setor muito mobilizado, que propõe mudar a forma como está abordado na medida provisória, que é o setor dos pescadores, e a medida provisória trata aí do seguro-defeso, que é um instrumento que garante a renda desses pescadores durante o período de defeso. Hoje esse assunto está muito mal organizado, é necessário reorganizar e, do ponto de vista desses pescadores, das federações, confederações de pescadores essa medida, que está contida na MP, não resolve o problema.

Então, talvez seja importante a gente ouvi-los aqui numa audiência pública e buscar uma solução que dê eficiência ao gasto público, ou seja, que o dinheiro vá para quem realmente é pescador, e que a gente garanta que o Governo também não coloque esse dinheiro à toa na mão de pessoas que só visam se aproveitar.

Então, eu queria sugerir mais essas duas medidas...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Então, nós poderíamos simplificar da seguinte forma, Zarattini e companheiros que compõem a Comissão: nós poderíamos, no dia 7, começarmos com o Ministro da Fazenda e, no dia 7, nós aprovaríamos o restante das audiências públicas com a participação de todos, acolhendo, evidentemente, sugestões com relação aos nomes que participarão dessas audiências. Está mais ou menos encaminhado assim?

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, uma palavrinha rápida?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Deputado Arnaldo Jardim. É uma honra grande tê-lo aqui nesta Comissão, Arnaldo.

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP. *Pela ordem.*) – É uma honra minha, Senador Renan. É um privilégio ter uma amizade que, para mim, é de muito gosto... Estendo a todos os demais aqui.

Eu queria manifestar uma preocupação concentrada em um aspecto só...



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Certo.

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP) – ... que é a questão das debêntures, particularmente, que se transformaram recentemente em uma grande fonte de financiamento.

O Ministro que foi, nosso Deputado Antonio Carlos Rodrigues sabe disso tanto no setor de concessões, como em parcerias público-privadas, Líder Randolfe, isso tem se traduzido em um instrumento muito significativo. O próprio Senado aprovou, depois a Câmara também, as debêntures de infraestrutura, que estão em fase de implementação. Então, eu considero muito importante que, naquilo que será o rol de nossos debates que ocorrerão aqui sobre LCA, LCI, Cras e todos os outros instrumentos, isso possa ter destaque.

E queria propor a seguinte questão de encaminhamento, Senador Presidente Renan: que, em vez de fazermos requerimentos de audiência individuais, colocando nomes, que nós pudéssemos fazê-los chegar à Secretaria da Comissão. A Presidência compatibilizar isso é melhor do que pendurarmos uma série de requerimentos isolados, parece-me.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Perfeito.

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP) – Encaminharíamos sugestões de nomes e o senhor poderia organizar uma proposta de consenso para a Comissão ter essa dinâmica que eu acho que todos nós queremos.

O SR. HENDERSON PINTO (MDB - PA) – Presidente, Deputado Henderson, do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Deputado Henderson, com a palavra V. Exa.

O SR. HENDERSON PINTO (MDB - PA. Pela ordem.) – Primeiro, é uma honra fazer parte desta Comissão Mista, sob a Presidência de V. Exa, com o nosso Relator, Deputado Carlos Zarattini, e estar ao lado dessa grande liderança política nacional, Arnaldo Jardim.

Eu queria só externalizar uma preocupação em relação ao calendário proposto, porque nós vamos entrar em recesso e nós já estamos propondo na primeira semana da volta do recesso. Nós temos uma dificuldade, principalmente no que tange ao tema trazido pelo nosso Relator em relação ao setor da pesca, que são as passagens aéreas da Amazônia para cá.

Para se ter uma ideia, se se comprar em cima da hora uma passagem, tem passagem que chega, infelizmente, a R\$10 mil ou R\$12 mil, na maioria das vezes de R\$4 mil a R\$5 mil, para





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

você ter uma ideia. Eu estou dizendo isso porque nós vamos precisar mobilizar as lideranças dos órgãos e entidades que representam os pescadores, porque dos 1,15 milhão de pescadores registrados no INSS hoje, mais de 600 mil estão na Amazônia; não vou nem dizer na Amazônia, mas no Pará e no Amazonas, porque a Amazônia são 9 estados. Só no Pará são 510 mil pescadores.

Então, eu queria sugerir duas questões: uma é a possibilidade de a gente começar essa agenda na semana do dia 13; e a outra, se possível hoje, é marcar essa agenda da audiência para esse tema específico da pesca, que é o setor que mais está se mobilizando hoje no país. Talvez, seja o tema com o maior número de intervenções, até então, de vários Deputados e Senadores.

Quero sugerir por quê? Por conta dessa questão de passagem aérea, que realmente é um verdadeiro absurdo. Logo, logo, vamos ter que nos reunir com essas companhias. Só para vocês terem uma ideia, para registrar, sei que é fora do tema... Eu fiz o registro, Presidente Renan, de uma passagem da Latam: para eu sair de Santarém para Brasília, para você ter uma ideia, é algo assim... É na Azul. Para Belém são R\$6 mil; para vir à Brasília, passando pelo mesmo local, Belém, são R\$2,8 mil, ou seja, é um tema para o qual nós vamos ter que abrir o debate aqui neste Congresso Nacional porque, de fato, está atingindo principalmente a Amazônia. Todo o mundo está olhando para ela e a gente precisa atuar de forma veemente. Então, é só para lhe dar essas sugestões.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Sem dúvida.

Vamos ouvir o Relator, o Deputado Zarattini, sobre as sugestões feitas pelo Deputado Henderson.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Como Relator.) – Eu só estou preocupado de a gente começar logo na primeira semana, Deputado, porque o tempo é meio curto. A gente vai fazer quatro audiências, pela nossa proposta...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Três. Duas com mais a proposta que você fez...

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – O Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – A do Ministro e mais uma outra.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Mais uma outra. Então, seriam...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Quatro. Seriam quatro.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Então, a gente teria quatro semanas de agosto para trabalhar e votar na primeira ou na segunda semana de setembro. O prazo dessa medida provisória é 10 de outubro e ainda tem que passar pelo Plenário da Câmara.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – A rigor, 9 de outubro.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Dia 9 de outubro. É isso, não é?

Então, a gente vai ter ainda que passar pelo Plenário da Câmara e do Senado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Desculpe-me, Relator, seria 26 de outubro com o recesso. Sem o recesso, então, se antecipa para o dia 9. Como nós não teremos recesso formal...

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Pronto.

Então, só para... Se o senhor nos permitir, a gente marcaria essa primeira no dia 7. Não foi o que o senhor sugeriu?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Dia 7.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Dia 7 de agosto. Seria convidando o Ministro e a sua equipe. E a gente poderia ver a data já, atendendo ao seu pedido: em que data nós poderíamos colocar o pessoal da pesca. E já definir agora para que não tenhamos esse problema da passagem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Podemos fazer assim?

E aí, no dia 7, nós resolveremos a questão das demais audiências e também sobre os convidados.

O SR. HENDERSON PINTO (MDB - PA. *Fora do microfone.*) – O senhor não poderia deixar essa específica já para 13 ou 20?

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. *Fora do microfone.*) – Vamos marcar para 20?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – É. Podemos marcar dia 20.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Dia 20 está bom?

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Está.

O SR. HENDERSON PINTO (MDB - PA. *Fora do microfone.*) – Dia 20 é quarta-feira.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Presidente, o senhor me permite?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Senador Randolfe, com a palavra V. Exa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP. Pela ordem.) – Presidente, é para uma rápida saudação.

Primeiro eu quero agradecer aos Líderes partidários pela indicação de membros para essa medida provisória e pela qualidade dos membros que indicaram. Foi uma rápida passagem aqui no Plenário: Deputado Arnaldo Jardim, Deputado Henderson, Senador Izalci, o nosso querido colega Senador – Deputado agora – Antonio Carlos. Então, nós percebemos que a qualidade foi expressa nas escolhas das lideranças, demonstrando a importância que o Congresso Nacional entendeu que essa medida provisória tem.

E a qualidade foi mais expressa ainda na designação do Presidente e do Relator. Nós temos como Presidente desta Comissão Mista um colega que já foi quatro vezes Presidente deste Congresso Nacional. Eu diria que acho que, na atual legislatura – sem querer rebuscar a sua idade, mas rebuscar a sua experiência, o que não necessariamente é a mesma coisa –, é um dos Senadores mais experientes aqui da Casa. E o Partido dos Trabalhadores escolheu o nosso caro colega Carlos Zarattini – com muita honra para mim, vice-Líder do Governo no Congresso Nacional –, porque esta medida provisória tem uma importância não somente nos temas que vão ser tratados.

O conjunto dos temas, Presidente Renan, que o senhor trouxe aqui, enfrenta um problema crônico do país. O problema crônico é expresso da seguinte forma: nós somos, hoje, uma das dez economias do mundo e, ao mesmo tempo, somos um dos dez países mais desiguais do mundo. Alguma coisa não está muito certa na combinação desses dois fatores: ser uma das dez economias e ser um dos mais desiguais.

O Governo do Presidente Lula procurou, com essa medida provisória, tentar construir mecanismos de aproximação, sem reforçar... Ao contrário, para poder possibilitar, sobretudo,



Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8169523502>



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

justiça tributária, o Congresso Nacional e a Câmara devem votar ainda nesta semana o projeto de lei sobre a renda, que possibilitará que brasileiros que recebem até R\$5 mil não paguem mais o Imposto de Renda; e que aqueles que recebem de R\$ 5 mil a R\$7 mil paguem menos imposto. Para isso, é necessário fazermos o ajuste tributário brasileiro, para que nós reduzamos a carga tributária, a carga de impostos para aqueles que correspondem, hoje, a 90% daqueles brasileiros que pagam Imposto de Renda.

Então, nesse contexto, esta medida provisória vem completar esse circuito de realização de justiça tributária e, diria, de justiça social em nosso país.

Não poderia estar em melhores mãos. Então, só queria, em nome da Liderança do Governo, fazer essa saudação ao Relator designado por V. Exa., Presidente Renan, e, em especial, a V. Exa., agradecer, do fundo do coração, por V. Exa. ter assumido também mais essa tarefa em nome do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Randolfe, muito obrigado por suas palavras.

Eu vou aproveitar a oportunidade e colocar em votação o acordo que foi sugerido aqui para a realização da primeira audiência pública, com a presença do Ministro da Fazenda, no dia 7 de agosto.

Os que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada...

No dia 20, ficou pré-estabelecido, também, que nós teremos a audiência pública para discutir as medidas relacionadas aos cortes de despesas.

Antes de encerrarmos os trabalhos, eu proponho a aprovação da ata da presente reunião.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

Nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a reunião.

(Iniciada às 14 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 04 minutos.)

